

DINÂMICA DO ESPAÇO REGIONAL EM RONDÔNIA: DO AGRONEGÓCIO DA SOJA EM VILHENA À ECONOMIA URBANO-INDUSTRIAL EM PORTO VELHO¹

DYNAMICS OF REGIONAL SPACE IN RONDÔNIA: FROM THE SOYBEAN AGRIBUSINESS IN VILHENA TO THE URBAN INDUSTRIAL ECONOMY IN PORTO VELHO

DINÁMICA DEL ESPACIO REGIONAL EN RONDÔNIA: DEL AGRONEGÓCIO DE LA SOJA EN VILHENA LA ECONOMÍA INDUSTRIAL EN PORTO VELHO

Francisco de Assis de Medeiros Silva

assisdemsilva@gmail.com

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIR

RESUMO

Identificam-se três períodos distintos na reprodução do espaço geográfico através da teorização de Santos (2004a), com a devida aplicação por Silva (2013; 2014) na ocupação socioespacial em Rondônia. O primeiro destaca-se pelo período pré-técnico a metade do século XX, que qualifica-o como o *meio natural*. O segundo período, nomeado como *meio técnico*, é caracterizado pela colonização agrícola e estende-se de 1970 até meados da década de 1990. E o terceiro período é dado pela presença do *meio técnico-científico-informacional* na constituição do espaço. Essa inter-relação produziram cidades e guiam a reestruturação socioespacial: do agronegócio da soja em Vilhena e os circuitos produtivos industriais vinculados à construção das hidrelétricas do Rio Madeira em Porto Velho.

Palavras-chave: Espaço. Agronegócio. Indústria. Usina hidrelétrica.

ABSTRACT

They identify three distinct periods in the reproduction of geographical space through theorizing Santos (2004a), with due application by Silva (2013; 2014) in socio occupation in Rondônia. The first stands out for pre-technical period half of the twentieth century, which qualifies it as the natural environment. The second period, named as technical means, is characterized by agricultural colonization and extends from 1970 until the mid of 1990. The third period is given by the presence of the technical-scientific-informational environment in the constitution of space. This interrelation produced cities and guide socio restructuring: the soybean agribusiness in Vilhena and industrial production circuits linked to the construction of hydroelectric plants on the Madeira River in Porto Velho.

Keywords: Space. Agribusiness. Industry. Hydroelectric plants.

RESUMEN

Se identifican tres períodos distintos en la reproducción del espacio geográfico teorizando de Santos (2004a) , con la debida aplicación de Silva (2013 ; 2014) en el desarrollo socio - ocupación en

¹Resultados da Dissertação apresentada ao Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva. A pesquisa foi realizada com bolsa da Capes/UNIR

Rondônia . El primer periodo se destaca por la mitad antes de la técnica del siglo XX, que lo califica como el entorno natural. El segundo período, nombrado como medios técnicos, se caracteriza por la colonización agrícola y se extiende desde 1970 hasta mediados del 1990. Se da el tercer periodo por la presencia del entorno técnico-científico-informacional en la constitución del espacio. Esta interrelación produjo ciudades y guías de la reestructuración socio-espacial: del agronegocio de la soja en Vilhena y circuitos de producción industrial vinculado a la construcción de centrales hidroeléctricas en el río Madeira, en Porto Velho.

Palabras clave: Espacio. Agroindustria. Industria. Central hidroeléctrica.

Introdução

Três períodos distintos podem ser apresentados para entendimento da reprodução do espaço através da teorização de Santos (2004a). O primeiro destaca-se pela ausência da técnica como instrumento que permita a alteração da natureza, que qualifica-o como o *meio pré-técnico* ou *natural*; o segundo período é determinado pela mecanização do território, chamado de *meio técnico*; e o terceiro é diferenciado pela presença do *meio técnico-científico-informacional* na constituição do espaço, mediante predomínio da técnica, da ciência e da informação como base para formação socioespacial.

Esta periodização para o estado de Rondônia foi analisada por Silva (2013; 2014), que objetivou apreender a relação sociedade/espço na ocupação definitiva da fronteira a partir do século XIX e início do século XX. Nesse período o Governo Federal agiu sobre o território para dotá-lo de fluidez que permitisse a viabilidade do assentamento humano e dos fluxos de mercadoria, através de condições mínimas de comunicação [por meio do telégrafo] e de transporte fluvial com os centros urbanos consolidados do Centro Sul do Brasil, da Europa e da América do Norte.

Por mais que houvesse o surgimento das primeiras cidades, Porto Velho e Guajará Mirim, além de diversos distritos e núcleos de povoamento, a ocupação da fronteira era incipiente e restrita à extensão dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé; o objetivo era adentrar em meio à floresta para exploração do látex da seringueira [*Hevea Brasiliensis*], por isso, esse período é chamado de meio pré-técnico. Para que consolidasse a urbanização foi necessária a *interiorização na ocupação do espaço* a partir de 1970 (COY, 1988), produto da colonização agrícola do Governo Federal e pelo asfaltamento da Rodovia BR-364. Essas ações possibilitaram o desenvolvimento do meio técnico, mediante expansão da mecanização do trabalho humano sob a égide da agropecuária (SILVA, 2012; 2013).

O terceiro período identificado por Silva (2014) é a emergência de redes técnicas territoriais, inaugurada pela Hidrovia do rio Madeira. Com o padrão de circulação capitalista modal rodo-hidroviário permitiu a territorialização dos capitais do agronegócio da soja e do milho em Vilhena para exportação. Essa especialização agrícola correlacionam, até o momento presente, diversos serviços urbanos para atender o espaço agrícola e desenvolveu o meio técnico-científico-informacional do agronegócio, contudo, em porções ou manchas no espaço.

Essa regionalização agrícola no Cone-Sul em Rondônia produzem diversas modernizações no espaço urbano e rural que dão continuidade aos fluxos espaciais do agronegócio da soja e da pecuária. Contudo, investiga-se, mediante aplicação do recorte teórico-metodológico proposto por Santos (2004a) e Santos e Silveira (2011), como as técnicas, funcionando em sistemas, aparecem na capital do estado, Porto Velho, como meio de organização e regulação do território e da economia urbana, não resumida tão somente à regionalização da agropecuária, como ocorre no sul do estado. Mas, que suscita a expansão do meio técnico-científico-informacional relacionado à materialidade das usinas hidrelétricas (UHE) do rio Madeira e, da correlação destas, com as empresas industriais em tempos pretéritos não existentes.

A formação regional em Rondônia e a sociabilidade capitalista da colonização agrícola

É oportuno interpretar a ocupação do espaço em Rondônia mediante aplicação que Silva (2013; 2014) realiza do método de Santos (2004a), quanto à periodização útil para depreender sobre a relação homem-natureza consecutiva às transformações sociedade-espaço. Peculiar à incorporação do trabalho humano através domínio da técnica como forma de transformação do meio técnico e do meio técnico-científico-informacional.

Santos (2004a) incorpora em sua teoria social do espaço a objetivação da natureza através dos objetos técnicos. Para que a técnica sirva para uma explicação geográfica é necessário considerá-la como um instrumento pelo qual o homem domina a natureza. Pois, a presença humana é um fator de diferenciação da natureza, atribuindo-lhe um valor dado seu uso social. É pela intervenção da técnica que as coisas presentes na natureza tonarem-se objetos técnicos mediante o trabalho social, e assim, condicionam os objetos naturais e artificiais serem indissociáveis.

A prevalência do meio natural exemplifica o período da ocupação humana em Rondônia até meados da década de 1970. À vista que esse período pré-técnico era utilizado sem grandes transformações no entorno do assentamento humano. Mesmo que houvessem investidas na natureza devido a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM)², para exploração do látex da seringueira, não proporcionaram transformações que permitenos qualificá-la como um período técnico. Pois,

As motivações de uso eram, sobretudo, locais, ainda que o papel do intercâmbio nas determinações sociais pudessem ser crescentes. Assim, a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora de técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização. A harmonia socioespacial [...] era, desse modo, respeitosa da natureza herdada [...] tendentes a conciliar o uso e a 'conservação' da natureza: pra que ela possa ser outra vez utilizada” (SANTOS, 2004a, p. 236, destaque no original).

Mesmo com o início da exploração da cassiterita nos antigos seringais, após 1950, que exigiram a mecanização por empresas capitalistas, disponibilidade de energia elétrica e de uma infraestrutura mínima social para continuidade da exploração do estanho, não alastrou-se as características do período técnico³ por todo o território.

A despeito da existência de oficinas, máquinas, comércio, estradas e geradores de energia elétrica que serviram para produção econômica e dispersão de novos núcleos populacionais, configurados em relação à dependência da técnica de exploração estanífera, havia a coexistência entre a paisagem natural e manchas do meio técnico na cidade de Porto Velho e de sua zona de influência. Destarte, a expansão do meio técnico no território mostrou-se incompleto e em áreas pontuais, pois a densidade técnica do território mostrava-se imperfeita dado que os agentes econômicos restringiam-se à extração local da matéria-prima e processamento nas indústrias siderúrgicas substituidoras de importação do Sul do Brasil⁴.

²Fonseca (2011, p. 19), identifica como “[...] o maior investimento do Governo Federal na Amazônia” à época. Sua função era transpor os trechos encachoeirados entre Guajará-Mirim, no rio Mamoré, e Santo Antônio, no rio Madeira. Para escoamento da economia da borracha com destino aos portos de Manaus e do Pará, até os países que despontavam na primeira revolução industrial da Europa e nos Estados Unidos.

³ O período técnico é caracterizado pela presença de objetos técnicos na constituição do espaço da sociedade, pois desafiam as lógicas de reprodução da natureza impregnando os lugares de objetos que são resultados do trabalho, não mais como instrumentos que são prolongamentos do corpo humano, mas como formas artificiais da mecanização que mesclam-se segundo prolongamentos do território, e, desta forma, tende contrapor os tempos dominados pelo meio natural (SANTOS, 2004a).

⁴ A peculiaridade técnica do processo produtivo era obsoleto, pois a extração era manual e exigia grande fluxo de mão de obra (FIERO, 1997). Outrossim, com a incorporação do capital produtivo de grandes empresas oligopolistas houve tensão na esfera política para proibição da exploração manual. Por determinação do Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, em 1971, restringiu-se a técnica manual em favor da extração mineral de forma mecanizada pelos grupos da indústria nacional minerometalúrgica, com destaque pela atuação no mercado nacional e regional das empresas Paranapanema S.A., Brascan/SP, Brumadinho e Best (ANDRADE, 1989).

O início do meio técnico se deu com a colonização agrícola executada pelo Governo Federal, a partir de 1970. Combinou o padrão rodoviário, a migração sulista e foi determinante para expansão dos objetos técnicos na cidade e no campo. Conforme analisa Silva (2014) a colonização substanciou o trabalho humano mediante recuo da natureza natural, com predomínio de uma nova forma de organização socioespacial sob égide da agropecuária, praticada por camponeses, mas também médios e grandes fazendeiros.

Esta ação governamental de forma abrupta concorreu para novos usos do território⁵, que Coy (1988) vai interpretar como *interiorização na ocupação do espaço*. Pois até a década de 1970 haviam duas cidades no Território Federal de Rondônia, Porto Velho e Guajará Mirim, além de diversos distritos e vilas às margens dos rios Madeira/Mamoré/Guaporé, resíduos dos dois ciclos de exploração da borracha. Com a penetração em direção ao sudeste do território houve o crescimento de uma série de cidades pioneiras ao longo da rodovia BR-364; outrora como vilas de administração dos postos telegráficos de Marechal Rondon, a exemplo de Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Ariquemes; além das cidades que surgiram ao redor das sedes dos projetos de colonização⁶ - como Colorado do Oeste, Ouro Preto do Oeste e Cacoal.

Como descreve Silva (2014), o *meio técnico* possuiu a capacidade de substituição quase total da *sociedade tradicional* ou *amazônica*, formada sob o ritmo da ferrovia e do extrativismo. Ao contrário do que se estabelece pela sociedade fruto da colonização, sob a lógica do capital agrário, pertinente aos modos de vida integrados à expansão de excedente comercializável no mercado regional e nacional. Nessa conjuntura, o planejamento estatal agiu para consolidar nas cidades a “[...] urbanização dirigida pelo Estado [...]” (SILVA, 2012, p. 122), mediante a instalação de objetos técnicos em forma de equipamentos sociais mínimos: hospitais, escolas e instituições públicas dos poderes constituídos: Executivo, Judiciário e Legislativo, para atender a população crescente fruto da intensa migração.

⁵ É o uso do território que faz dele objeto de análise social (SANTOS, 1994), e se “quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 247). Colaborando com esta ideia, Steinberger (2006) analisa que o território não é usado uniformemente, por conseguinte, não ser homogêneo quanto aos objetos naturais e artificiais; é constituído por frações que adquirem funções diversas ao longo da produção histórica do espaço, este enquanto categoria histórica que gera sucessivas configurações territoriais.

⁶ Foi um período marcado pela maciça onda migratória de desterritorializados dos conflitos agrários, relacionados ao fechamento da fronteira agrícola nos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, e etc (BAENINGER, 2000). Os migrantes foram atraídos pela promessa de acesso a terra através da colonização promovida pelo Governo Federal, mediante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) e Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) (SOUZA; PESSÔA, 2009).

A provisão de redes técnicas de transportes, tanto da rodovia federal BR-364, asfaltada após 1984, quanto às rodovias estaduais de penetração, intensificaram, nas terras de Rondônia, a incorporação do trabalho social dos pequenos agricultores para agricultura de subsistência e comercial. Mas, resultou, como explica Mello-Théry (2006), na incongruência da ação política do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), a partir de 1975, na transformação do espaço e a mecanização do território através da política de *polos de desenvolvimento agropastoril* para financiamento de projetos de grandes pecuaristas e empresários.

Essas ações estatais contribuíram para gerar padrões de ocupação do solo. De acordo com a análise de Castro (2005) com a ocupação da fronteira por meio da pequena propriedade familiar, combinados com incentivos fiscais às médias e grandes empresas pecuárias e madeireiras, desenvolveu a capitalização da terra por meio da pecuária que resultou em grilagem de terras e concentração fundiária. Essa tendência para regionalização da agropecuária resultou na transferência dos excedentes de capital de grupos empresariais da região Sul e Sudeste para territorialização de capitais agroindustriais, principalmente, nas cidades do eixo da BR-364, nos espaços das cidades novas/pioneiras, em busca das economias de localização, acesso ao mercado de terras e financiamento público de projetos agropecuários vinculadas aos grandes capitais oligopolistas de frigoríferos, laticínios e curtumes.

A regionalização do agronegócio da soja em Vilhena

Era o modal rodoviário, por intermédio da BR-364, que controlava as trocas no estado através da rede de influência da grande metrópole nacional [São Paulo] sobre todos os fluxos de bens e serviços em Rondônia. Esse modal guiou as trocas inter-regionais e ao mesmo tempo agia como limitador por meio dos custos de deslocamento dos fatores necessários à produção regional, devido ser a exclusiva ligação ao centro-sul do país, além da via aérea do único aeroporto do estado em Porto Velho com voos diários. Limitação imposta quanto aos custos de acesso terrestre para fluxo de importação e exportação, das mercadorias do mercado regional rondoniense e acreano.

Importante ruptura ocorreu em virtude da construção da Hidrovia Madeira-Amazonas, pois proporcionou diversificação dos fluxos econômicos mediante ligação hidroviária entre Porto Velho (RO) e Itacotiara (AM). Por meio dessa geografia dos

transportes viabilizou, a partir de 1997, que as áreas tradicionalmente de pecuária de corte do Cone-Sul - Vilhena, Cerejeiras e Corumbiara - disputassem lugar nas médias e grandes fazendas com o agronegócio da soja e do milho, através da territorialização dos capitais agrícolas mundiais [Amaggi e Cargill] (SILVA, 2015).

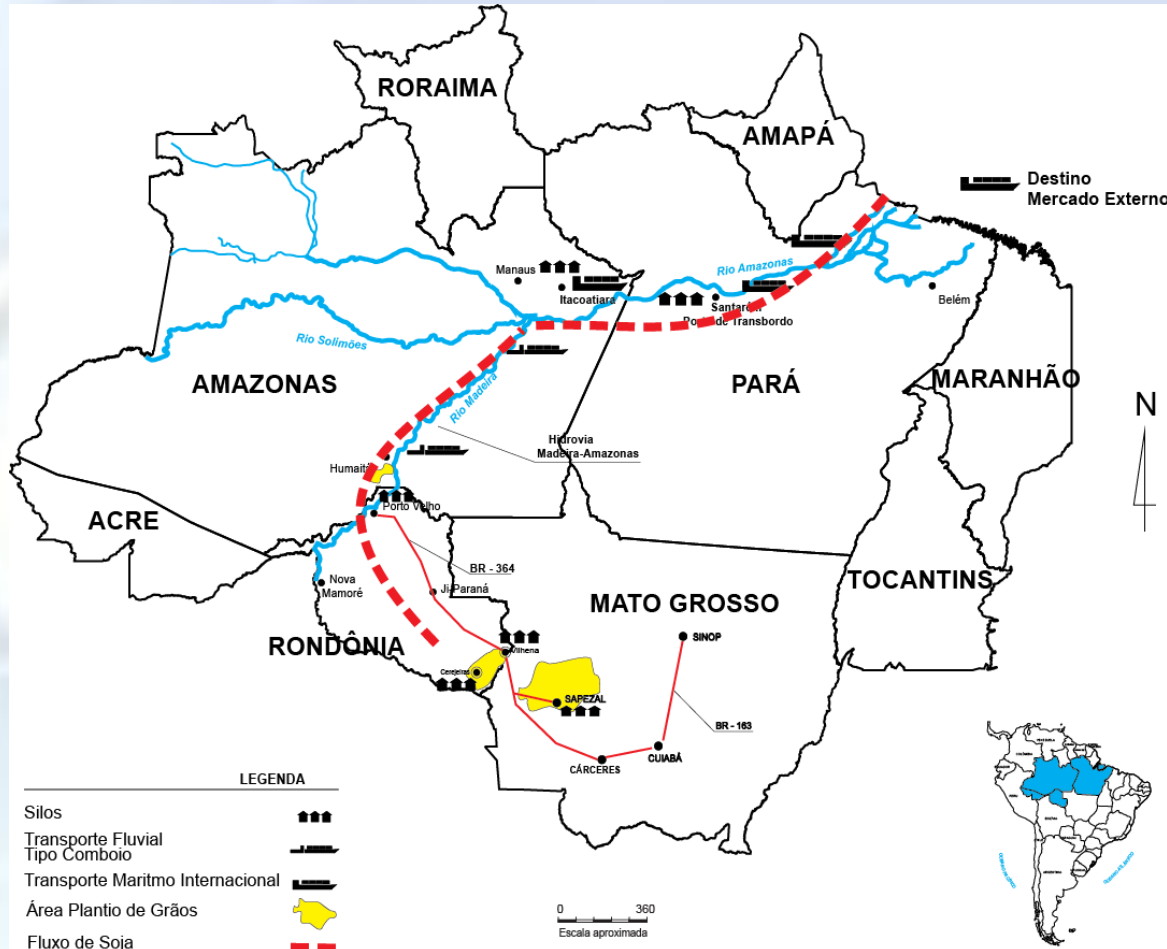


Figura 1- Rede Territorial: transportes e circulação de soja Amazônia Meridional (RO e MT). Fonte: SILVA (2013).

O reescalonamento das atividades econômicas agrícolas para exportação transformam essas cidades e o campo em território com alta densidade técnica conectados por redes globais, da produção de insumos, da presença de maquinário de alta tecnologia, silos de armazenamento grãos, dos prestadores de serviço e da informação que contribuam aos negócios da agropecuária científica. Pois como demonstram Santos e Silveira (2011), são *pontos* ou *espaços luminosos* escolhidos através de uma racionalidade técnica, em prol da produtividade e competitividade para existência produtiva. Somente substantivaram tais atividades do agronegócio no espaço regional do Cone Sul de Rondônia graças à construção

da hidrovia, que corroborou para redução dos custos de escoamento da soja em Rondônia, mas também do Noroeste do Mato Grosso [Figura 1].

Tabela 1 - Estoque de emprego em Vilhena por atividade econômica (31 de dez.)*

	2003	Part. %	2013	Part. %	Tx. cres.
Agricultura, pesca, silvicultura e exploração florestal	1041	8,45	1466	8,43	3,0
Pesca	18	0,15	27	0,16	4,0
Indústrias extrativas	-	-	31	0,18	-
Indústrias de transformação	2105	17,1	3289	18,91	(4,0)
Produção e distribuição de elétrica, gás e água	60	0,49	49	0,28	(18,0)
Construção	1258	10,22	1025	5,89	(18,0)
Comércio; reparação de veículos automotores	4310	35,00	6096	35,05	0,03
Alojamento e alimentação	505	4,1	608	3,5	2,0
Transporte, armazenagem e comunicações	981	7,97	1641	9,44	5,0
Intermediação financeira, seguros e previdenciários	153	1,24	290	1,67	6,0
Atividades imobiliárias e aluguéis	621	5,04	1299	7,47	0,07
Admin. pública, defesa e seguridade social	197	1,6	168	0,97	14,0
Educação	431	3,5	547	3,15	2,0
Saúde e serviços sociais	239	1,94	326	1,87	3,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	398	3,23	523	3,01	3,0
Total	12313	100	17390	100	

Adaptado.

Obs. “-” Não há empregados formais no final do período.

*Seção da atividade econômica segundo Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 95.

Seleção de 17 atividades.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A especialização produtiva em Vilhena caracteriza o urbano em relação às atividades do seu entorno rural, e não o contrário, quanto aos serviços especializados de engenharia agrônoma, zootecnia, crédito rural, comércio de insumos e bens integrados ao agronegócio da soja. Esta especificidade agrícola conduz à regionalização de Vilhena como *cidade do agronegócio*, conceito emprestado de Elias (2006) no que diz respeito à produção, armazenamento e circulação do agronegócio. Dinamização que reflete na expansão do emprego urbano relacionado à incorporação de capital em atividades modernas agrícolas, evidenciadas, de acordo com a Tabela 1, pelo crescimento de atividades de transporte e armazenagem, intermediação financeira e seguros, com taxas de crescimento anual de 5% e 6%, respectivamente, superiores as outras atividades.

Tabela 2 - Valor adicionado bruto (VAB) a preços correntes do Produto Interno Bruto (PIB) nos municípios de Rondônia, por setor da economia em 2003 e 2012 (mil R\$)

	2003	2012	2003	2012	2003	2012	2003	2012
	Porto Velho		Ji-Paraná		Vilhena		Cacoal	
Agropecuária	76.919	325.844	65.004	119.134	106.939	380.117	93.905	212.635
Indústria	215.881	1.883.401	100.261	397.894	99.641	312.673	129.339	206.799
Serviços	1.936.183	5.954.167	469.160	1.230.137	308.724	948.369	332.578	764.645
Impostos ¹	438.672	1.612.015	106.949	296.644	74.273	238.268	70.720	140.579
PIB	2.667.654	9.775.427	741.375	2.043.809	589.578	1.879.427	626.541	1.324.657
PART. PIB ²	27,36	33,00	7,6	6,9	6,0	6,4	6,4	4,5
TX PIB ³	13,86		10,67		12,29		7,19	

¹Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes.

²Participação em termos percentuais em relação ao PIB do estado. O PIB a preços corrente em 2003 e 2012, respectivamente em milhões de R\$, corresponde a R\$ 9.751 e R\$ 29.362.

³Taxa de Crescimento anual do PIB.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus.

A economia regional no município de Vilhena possui o mérito de incorporar ao PIB do estado taxas de crescimento médias anuais de 12,29% entre os anos de 2003 e 2012, como mostra a Tabela 2, não identificando perdas de participação em relação ao PIB como os importantes centros sub-regionais – Ji-Paraná e Cacoal. Da mesma forma que Vilhena sobressai quanto à produção material dentre todas as cidades de Rondônia, com exceção da primazia econômica regional em Porto Velho, pois o VAB do setor agropecuário e industrial em Vilhena do ano de 2012 são 33% superiores ao município de Ji-Paraná, por mais que registre, aproximadamente, 40.000 habitantes a menos [Tabela 3].

Tabela 3 - Estimativa da população* residente nos municípios de Rondônia e PIB per capita

	Porto Velho	Ji-Paraná	Ariquemes	Vilhena	Cacoal	Outros	Total
	494.013	129.242	102.860	89.797	86.556	932.619	1.748.531
Part.%	28,25	7,3	5,9	5,1	5,0	53,0	100
PIBpc	21.784,76	16.752,92	17.144,46	18.257,68	16.309,92		

*Data de referência em 01 de julho de 2014.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A emergência das atividades para exportação, a exemplo da soja em Vilhena, exigem padrões de competitividade internacional quanto ao preço, reflexo do controle dos custos da produção e das receitas relacionadas aos retornos marginais do uso dos insumos e fatores produtivos. Da mesma forma que a qualidade do produto final ofertado no mercado

mundial é reprodução do desenvolvimento no espaço agrícola rondoniense de variáveis do período técnico-científico-informação: utilização de fertilizantes, biotecnologia e uso intensivo de máquinas agrícolas mudando a composição técnica e orgânica da terra (SANTOS, 2004a).

Que faz difundir densidades técnicas e científicas dos *circuitos espaciais da produção* do agronegócio, impondo novas dinâmicas socioeconômicas no território relacionadas às exigências de mão de obra especializada nos serviços de engenharia agrônoma, crédito rural, comércio de insumos e bens integrados para gerir a produção. Estas transformações possibilitam Silva (2014) propor a presença do meio técnico-científico-informacional, ainda que em pontos ou manchas, relacionadas por ininterruptas modernizações produto da ciência, da técnica e da informação no urbano e no rural em Vilhena.

Da continuidade da economia do agronegócio à ruptura urbano-industrial em Porto Velho

O período atual é marcado por um estágio avançado de globalização, onde o mais remoto lugar é influenciado de alguma forma por relações sociais de produção da economia mundializada, sejam por processos de consumo, circulação, produção ou concepção. Estas ações imbuídas em formas (i)materiais coadunam para a dinâmica sociedade e espaço.

Na interpretação de Santos (2004b) a existência de práticas sociais caracterizadas por um conjunto de técnicas modernizantes alteram a ordem econômica, social e política dos territórios. Aduz ao funcionamento das cidades como meio de reprodução de um sistema de técnicas, usadas como instrumentos principalmente pelos atores hegemônicos. Que possibilitam as técnicas tornar-se história, com a intermediação da política, seja dos Estados e das empresas, conjunta ou separadamente (SANTOS, 2011).

Cabe-nos inquirir se há modernizações em Rondônia além dos fluxos espaciais do agronegócio da soja ou da pecuária, e desta forma apreender se existem áreas ou pontos luminosos em outra região rondoniense, além da economia da agricultura moderna, que possibilite-nos averiguar a expansão do meio técnico-científico-informacional.

Identifica-se diversas formas de capitais fixos representados pela materialidade de rodovias, portos, hidrovias, usinas hidrelétricas (UHE), empresas industriais e outros capitais constantes que caracterizam o espaço social rondoniense por uma sucessão de

modernizações. São transformações que podem ser interpretadas à luz do pensamento de Santos (2011), como o desencadear de inovações no espaço que permitam dar coesão entre a materialização das técnicas, as normas, o urbano e o rural.

Sucessivos estágios de transformação do espaço em Porto Velho foram motivadas por sua inserção nacional com predominância, geralmente, de um único produto sobre a produção regional - quer seja a extração da borracha, da cassiterita ou a madeiraira. Esse modo de desenvolvimento da economia das cidades relacionados aos circuitos regionais de exploração de bens primários, foram responsáveis pela formação sócioespacial e caracterização homogênea da estrutura da cidade. Símile, na interpretação da evolução urbana dos dois maiores centros amazônicos, Belém e Manaus, devido linearidade da economia monoextrativista vegetal ou mineral (IBGE, 2002).

O crescimento da cidade e a urbanização de Porto Velho foi produto dos fluxos efêmeros da exploração de recursos naturais, constituindo-se parte em uma totalidade na demanda de insumos industriais intercalados na divisão nacional e internacional do trabalho. Convocada às exigências dos centros industriais para disponibilizar matérias primas abundantes especializando-se, até os dias atuais, em setores agropecuários e madeireiros não modernos, quer produzindo ou transportando-os.

Constata-se, deste modo, a existência de processos modernizantes do território atinente ao período técnico-científico-informacional, relacionados às três variáveis que agem em conjunto: a normatização quanto à disponibilidade pelo ente público de fatores locacionais aos oligopólios industriais, a recomposição do emprego e a evolução da renda regional. Estes possibilitam a reestruturação urbana abrupta em Porto Velho balizadas pela parceria do Estado e o capital produtivo, ao criar mecanismos que viabilizem as trocas inter-regionais, o aproveitamento de economias de localização e a consolidação da urbanização terciária.

A formação e o crescimento da capital regional apresenta forte ligação com a presença do Estado enquanto instância decisória para determinar o uso produtivo do território; seja na distribuição de salários ao funcionalismo público, no direcionamento dos investimentos privados por meio de incentivos fiscais ou como agente propulsor da quantidade demandada de bens e serviços urbanos através dos gastos governamentais.

Tabela 4 - Estoque de emprego por setor de atividade econômica em Porto Velho

Setor	2003	Part. %	2013	Participação %
Agropecuária	1.228	2,00	1.279	1,00
Indústria	6.604	9,00	10.168	9,00

Construção Civil	10.243	14,00	29.595	26,00
Comercio	21.412	30,00	28.240	24,00
Serviço*	32.415	45,00	46.690	40,00
Total	71.902	100,00	115.972	100,00

*Incluindo a administração pública, 2.853 empregos, 3,0%; serviços industriais de utilidade pública, 1.724 empregos, 2,0%.

Estoque Recuperado Final do Período, em 31 dez. 2013.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Adaptado.

Aliada à característica da intervenção Estatal na economia e presença maciça do emprego urbano do setor terciário não moderno, qualifica a cidade de Porto Velho à inexpressão do emprego industrial, que registra 9% dos empregos formais em 2003 [Tabela 4]. Restam as atividades industriais que exigem ínfima especialização laboral à população economicamente ativa e presença de capitais regionais circunscritas às atividades carentes de tecnologia nos processos produtivos.

Tabela 5 - Quantidade de emprego por faixa de remunerações em salários mínimo (SM) em Rondônia, em 31 dez. 2003

Setores	SM ≥ 2,00	%	2,01 ≤ SM ≤ 5,00	%	SM ≥ 5,01	%	NC*	Total
Serv. Ind. de Util. Pública	272	0,3	291	14,28	1428	70,07	47	2038
Admin. Pública	23561	30,92	26318	34,53	23618	30,99	2711	76208
Ind. Transf.	16781	72,52	5839	25,23	490	2,12	30	23140
Comércio	27110	71,3	9055	23,82	1322	3,48	534	38021
Serviços	17564	51,41	9776	28,61	5908	17,29	919	34167
Constr. Civil	2505	63,48	1092	27,67	200	5,07	149	3946
Total	87793	100	52371	100	32966	100	4390	177520

*Não classificado.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A característica do emprego urbano em Porto Velho conduz à diferenciação de dois estratos sociais, uma minoria composta pela classe média dos subsetores da administração pública direta e autárquica e dos serviços industriais de utilidade pública – relacionadas às atividades de energia elétrica, água, e etc; dos quais, somados figuram aproximadamente com 6% dos empregos formais, independente do período, 2003 ou 2013 [Tabela 6]. Com notória concentração de renda relacionada aos outros setores, pois dentro deste último subsetor, em Rondônia, 70% das ocupações recebem mais que 5,01 salários mínimos [Tabela 5]. Extremamente superior à maioria da população economicamente ativa

que ocupam atividades [in]formais do comércio e serviços urbanos, limitados como assalariados aos baixos rendimentos, com características de urbanização terciária.

Tabela 6 - Estoque de emprego por Subsetor de atividade econômica em Porto Velho*

	2003		2014	
Subsetor de atividade econômica		%		%
Extrativa mineral e mineral não metálicos	1.093	1,5	1.213	1,1
Indústria metalúrgica e mecânica	977	1,4	953	0,87
Indústria do material elétrico e de comunicações	10	-	8	0,01
Indústria do material de transporte	56	0,1	65	0,06
Indústria da madeira e do mobiliário	1.175	1,6	814	0,74
Indústria do papel, editorial, couros e similares	817	1,1	803	0,73
Indústria química farmacêutica, veterinária e perfumaria	220	0,3	234	0,21
Indústria têxtil do vestuário, artefatos de tecidos e calçados	289	0,4	330	0,3
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	2.103	2,9	2.738	2,49
Serviços industriais de utilidade pública	1.724	2,4	2.919	2,65
Construção civil	10.243	14,2	23.043	20,95
Comércio varejista e atacadista	17.622	24,5	28.000	25,46
Instituições de crédito, seguros, admin. e valores imobiliários	3.853	5,4	8.443	7,68
Transportes e comunicações	4.022	5,6	5.327	4,84
Serviços de alojamento, alimentação e manutenção	15.047	20,9	20.034	18,21
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2.980	4,1	4.511	4,1
Ensino	3.660	5,1	5.405	4,91
Administração pública direta e autárquica	2.853	4,0	3.849	3,5
Agricultura, silvicultura, criação de animais e extrat. vegetal	1.228	1,7	1.304	1,19
TOTAL	71.902	100	109.993	100

*Estoque Recuperado Final do Período, em 31 dez. 2013.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Ministério do Trabalho e EmpregoMTE. Adaptado.

A modernização do território foi consequência da instalação de capitais fixos de logística para usufruir da vantagem competitiva proporcionada pelo modal rodo-hidroviário. Relacionados à hidrovia do rio Madeira e aos portos privados e público que desenvolvem suas redes de influência na captura dos fluxos de importação e exportação em todo o estado de Rondônia, no noroeste de Mato Grosso e do Acre. Cujas funções sobressai em Porto Velho a de *nó* intermediário de transbordo na rede de circulação até o porto de Itacoatiara-AM, e deste, aos mercados europeu e asiático.

São pontos de circulação sob influência do meio técnico-científico-informacional que solidificam o agronegócio da soja no extremo sul do estado, mas produzem uma rede de atividades de logística de transportes e comunicação, estabelecidas complementariedades

no comércio e serviços na economia urbana em Porto Velho. Correspondente à interconexão no que diz respeito aos serviços especializados em manutenção de máquinas e veículos pesados, da cadeia de armazenagem e distribuição de combustíveis para toda Rondônia, no Acre e exportação para Bolívia; destinadas ao uso intensivo de combustíveis por parte das usinas termelétricas, aeroportos e firmas que utilizam o óleo diesel como insumo à produção [Votorantim Cimentos N/Ne S.A].

Esta tendência urbana de absorver capitais que exploram as atividades de logística é contígua à ação pública em subsidiar filiais industriais oligopolistas da construção civil, da indústria de transformação e de bens de capitais, como identificado na Tabela 7; por meio da renúncia fiscal e doação de terrenos às empresas. Essas políticas agem no sentido de promover o desenvolvimento de regiões economicamente deprimidas, todavia, há dúvidas quanto às eficácias dessas ações, pois, empiricamente, Fischer (2008, p. 57) atribui aos arranjos políticos-institucionais do tipo zona ou áreas industriais [conforme a existente em Porto Velho] “[...] da maior a menor, [tornando-se] igualmente a esperança (frequentemente decepcionante) de ver se implantarem empresas e se criarem empregos”.

Esses mecanismos de fomento empresarial podem ser vantajosos às empresas oligopolistas que se beneficiam do incentivo fiscal, a exemplo da Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia (IMMA), beneficiária de um terreno doado pelo Governo Estadual para as instalações da firma, em detrimento da dificuldade de acesso às políticas de fomento à produção para pequenos e médios empresários locais.

Tabela 7 – Empresas em Porto Velho contempladas com incentivos fiscais (situação em 2012)

Empresas	Produtos	Capital (R\$)	Mão de Obra
Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia (IMMA)	Máquinas hidromecânicas	84.200.000,00	305
Votorantim Cimentos N/Ne S.A	Cimento e concreto	110.000.000,00	60

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) de Rondônia. Adaptado.

O planejamento econômico dessas firmas para médio e longo prazo é programado mediante a combinação entre diferentes proporções de insumos para alcançar o mesmo *quantum* de produção, com harmonia de várias fábricas em diversos países, mas segmentadas por etapas produtivas de modo a obter ganhos de economias de escala. Organizam-se em rede tal como descrito por Chesnais (1996, p. 131), conquanto “[...] podem ser espalhadas no espaço e localizadas livremente [...]” para usufruir dos benefícios

creditícios governamentais “criadas pelo poder público”, prontos a esvaecer-se (VIEIRA, 2009, p. 17, destaque no original); e, ao mesmo tempo, combinam a localização industrial para alcançar reduzidos custos de transportes entre as fábricas, controle sobre os salários, fontes de matérias-primas abundantes, eletricidade subsidiada pelo Estado e acesso fácil a outros mercados regionais em expansão.

Firmas da indústria de bens de capitais instaladas em Porto Velho, como a IMMA, e da indústria extrativa, a Votorantim Cimentos N/Ne S.A, não estariam territorializadas se não houvessem os investimentos, de parceria público/privado, entre o Governo Federal e dos capitais financeiro/industrial, pois potencializam construções de obras de impacto no território regional e nacional. Refiro-me às duas Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, além das demais obras de transmissão entre Porto Velho/Araraquara-SP, e Porto Velho-Rio Branco-AC.

Estes vultosos capitais fixos possibilitaram a reorganização da geografia econômica da cidade e concede nova capilaridade no território fruto do meio técnico-científico-informacional. Relacionadas às infraestruturas e os fluxos que hierarquizam a economia urbana de Porto velho para tornar exequível o movimento do capital, do trabalho, de bens e serviços relacionados aos setores industriais. Exemplo notório é a instalação da IMMA, subsidiária da ALSTON - oligopólio que constrói em diversas regiões do mundo grandes obras de infraestrutura urbana de transporte, de equipamentos de geração e transmissão de energia, de fontes hidráulica, térmicas e eólica. Essa empresa participou no Brasil da construção do metrô de São Paulo, do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília. Atua nos projetos hidrelétricos rondoniense, Santo Antônio e Jirau, e Belo Monte no Pará. Tornando-se a primeira empresa vinculada à indústria de bens de capital na região Amazônica, responsável pela fabricação e montagem de equipamentos hidromecânicos, enscadeiras e pontes rolantes da casa de força das usinas do Madeira (ALSTOM NO BRASIL..., s/d).

A empresa Votorantim Cimentos N/Ne S.A possui notório domínio do mercado nacional e é participante de uma *holding* que reúne as empresas de cimento, cal hidratada, argamassa, calcário agrícola, gesso e concreto. Com atuação no Brasil, Estados Unidos e Canadá, é responsável pelo fornecimento de concreto para as UHE do Madeira e de cimento para o mercado do Estado de Rondônia, do Acre e do Amazonas (RICCIARDI; KUSTER, 2008).

Sua característica fabril é agir integrada verticalmente dentro do grupo. Possui controle de toda sua cadeia produtiva e dos insumos necessários para fabricação do cimento, cujos componentes básicos são a argila, o calcário, o gesso e o clínquer. Na região de Porto Velho e Candeias do Jamari há abundância de calcário, contudo, a empresa importa este insumo de uma jazida em Nobres-MT, pois este composto é resíduo industrial da produção de fertilizantes e a reserva do produto em Rondônia é industrializado somente para uso agrícola, pois sua composição química inviabiliza como componente do cimento. Os outros insumos necessários são importados de suas unidades produtivas, o clínquer, trazido de Nobres-MT, pela BR-364, ou de Aracaju-SE, pela hidrovía do Rio Madeira; e o coque de petróleo, da cidade de Imbituba-SC, transportado pela mesma rodovia (RICCIARDI; KUSTER, *loc. cit.*).

A transformação do espaço regional em Porto Velho como consequência da atuação desses capitais industriais produzem, pelo menos, duas realidades que estão imbuídas dentro da totalidade das trocas internacionais e da reprodução do valor na fronteira amazônica, pois apresenta a interdependência conflitiva, que coaduna para ruptura da *solidariedade orgânica* da sociedade local em prol da *solidariedade organizacional* da economia capitalista (SANTOS, 2004a). A primeira explicada como os arranjos espaciais formados por relações socioeconômicas e políticas contíguas, que podem compreender atividades da agricultura familiar e comercial e da agroindustrialização, dado que possuem enraizamento com a economia local e nutrem-se da complementariedade produtiva regional.

Cooperação que é fragmentada pelo recorte espacial oligopolizado, desconectado com a economia regional no que tange à internalização dos efeitos positivos dos investimentos, pois restou ao local os custos proveniente da especulação imobiliária do uso do solo, da especialização rudimentar da mão de obra regional e da concessão de benefícios tributários aos grandes capitais que deprimem as finanças públicas. São ações que estimulam a reprodução do valor de excedentes de capitais do mercado financeiro e industrial que materializam-se através das UHE e das empresas industriais, caracterizadas pela solidariedade organizacional composta de pontos descontínuos de produção [de tecnologia, de máquinas e equipamentos em várias zonas industriais em diferentes lugares do mundo] e de consumo [de energia elétrica no sudeste do Brasil]; mas interligados pelos fluxos reguladores que asseguram o funcionamento da economia e da sociedade nacional ou global.

Tabela 08 - Principais empresas importadoras em Porto Velho – RO por valor (2011)

Ordem por fluxo	Empresas	US\$ FOB	PART %
1	Porto Velho Transmissora de Energia S.A	49.565.699,00	13,69
3	Estação Transmissora de Energia S.A.	38.068.869,00	10,52
4	Votorantim Cimentos S.A.	22.127.444,00	6,11
6	Santo Antônio Energia S.A.	13.493.309,00	3,73
7	Norte Brasil Trans. de Energia S.A.	12.393.792,00	3,43
15	Alstom Brasil Energia e Trans LTDA	7.399.856,00	2,04
16	Termo Norte Energia LTDA	6.920.422,00	1,91
17	Guascor do Brasil LTDA	6.737.580,00	1,86
27	IMMA – Ind. Met. e Mec. da Amaz. LTDA	3.354.973,00	0,93
29	Construção e Com. Camargo Corrêa S.A	3.169.848,00	0,88
31	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	2.418.367,00	0,67
-	Total parcial	165.650.159,00	45,77
	Outras empresas	196.400.794,00	54,23
	Total geral	362.050.953,00	100,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Balança Comercial Brasileira por Município. Adaptado.

Esses sistemas de objetos oligopolizados são partícipes, direta ou indiretamente, da construção das UHE do Madeira. Pois impõe ao espaço urbano de Porto Velho a difusão do meio técnico-científico-informacional não só pela presença de novos capitais industriais, em tempos pretéritos não existentes, mas também pela “[...] forma paralela da cientifização do trabalho [...]” necessária para produção material (SANTOS, 1993, p. 37). Principalmente, pelo imperativo da composição técnica que as UHE e as firmas concedem ao território, dado que as empresas ligadas à construção ou fornecimento de máquinas/insumos para a produção de eletricidade controlam 45,77% do movimento de capital e também de trabalho, materializadas através da importação de bens com destino a cidade de Porto Velho [Tabela 8]. Não mais relacionados à predominância de importação de bens de consumo para transações mercantis, mas pela hegemonia dos bens de capitais perante o consumo consumptivo⁷, na forma de máquinas e sistemas interdependentes de engenharia fixos ao solo, conforme indica a Tabela 9.

continua

Tabela 9 - Importação (IMP) e exportação (EXP) por categorias de uso em Porto Velho (%)

	2006	2010	2012
--	------	------	------

⁷ Conceito apresentado por Santos (1993) como aquele consumo que se exauri na hora de sua consumação, diferenciando-se do consumo para criação de novos bens ou serviços.

	IMP	EXP	IMP	EXP	IMP	EXP
Bens de Capital (total)	18,93	0,14	23,08	0,19	34,35	0,1
Bens de capital ¹	18,93	0,14	18,98	0,19	34,03	0,1
Equip. de transp. industrial	0	0	4,1	0	0,32	0
Bens Intermediários	58,29	65,11	24,27	91,64	44,9	81,01
Alimentos e Bebidas destinados à indústria	0,1	19,71	0,31	84,14	0,67	69,69
Insumos industriais	47,7	45,4	19,64	7,5	42,38	11,32
Peças e acessórios de equip. industriais	10,49	0	4,33	0	1,85	0
Bens de consumo	21,82	0,05	51,68	0,12	20,75	0,25
Duráveis	7,99	0	3,92	0	1,79	0
Não duráveis	13,83		47,76	0,12	18,95	0,25
Combust. e lubrificantes	0,96	34,71	0,97	8,04	0	18,63
Total	100	100	100	100	100	100

conclusão

¹ exceto equipamentos de transporte e uso industrial.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Balança comercial brasileira dos municípios. Adaptado.

A existência desses capitais urbano-industriais em Porto Velho distingue-se do período precedente à construção das UHE, pois os postos de trabalho contribuíam para densificar a característica urbana centrada no setor terciário, com relação ao fluxo de monetário sob a égide da “economia do contracheque” (informação verbal)⁸. Essa especificidade é referente à vinculação do comércio e serviços regionais aos gastos do governo na economia, no tocante à forte densidade em termos de participação no consumo regional de bens e serviços dependente da liquidez das remunerações do funcionalismo público.

Houve uma ruptura dessa hegemonia do funcionalismo público sobre o comércio e serviços urbanos, para consolidar novos subsetores econômicos vinculados à construção civil [com proeminência da construção das UHE], do capital imobiliário e do processo produtivo das empresas industriais. Contribuindo para maior intensidade da circulação de moeda e aumento de participação das remunerações do trabalho das diversas áreas de

⁸Proferida pelo Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, em encontros de orientação de dissertação [2014].

atuações da engenharia, do subsetor relacionado ao crédito, seguros e da administração de valores imobiliários, conforme identifica a Tabela 6. Pois a mão de obra especializada, importada dos centros nacionais de formação tecnológica, São Paulo, Minas Gerais e a Paraíba; e também formada localmente, foi fundamental para solidificar uma classe média que provê, além do funcionalismo público, importante peso na demanda de bens e serviços proporcionados pelo efeito multiplicador do emprego e dos salários.

Os capitais fixos ora identificados são síntese da totalidade em um sistema de objetos que não atuam separadamente, mas são resultado do conjunto de técnicas, da divisão do trabalho (DT) e, fundamentalmente, da “combinação de instrumentos de trabalho que, depois de serem o resultado [objetivados pelos objetos no território], se tornam a condição do desenvolvimento social e técnico” (SILVEIRA, 1999, p. 25).

A materialização da técnica ao território propõe a produção do espaço da cidade de Porto Velho como produto da reprodução do capitalismo mundial em sua caracterização financeiro-industrial. Conflui, no nível da cidade e do urbano, para uma harmonia fragmentada que declara o caráter da cientificidade do trabalho, em áreas ou zonas modernas. Dado que a “absorção” das formas geográficas nas cidades preconizam a adaptação às exigências das novas técnicas, da ciência e da informação contida nos objetos.

Que comina na imersão da cidade dentro da totalidade mundo devidamente intercalada a DIT, mas com desnível tecnológico do labor, presente na decomposição técnica de unidades de produção industrial e em diversos países. Viabilizados pelo fluxo de produção/montagem de equipamentos e insumos (CHESNAIS, 1996) concernente à consolidação urbana periférica e da hidroeletricidade na fronteira amazônica.

Se comparadas aos centros da indústria nacional, tornam-se incipiente tal territorialização de capitais. Contudo, para a economia regional que possui raízes sócio-históricas restrita à exploração dos recursos naturais, baseados no semiprocessamento necessários à exportação, notabilizam-se a emergência destes novos eventos que rescindem o viés de processos agroindustriais e implantam definitivamente o meio técnico-científico-informacional em Porto Velho.

CONCLUSÃO

A evolução sociohistórica da ocupação do espaço no Estado de Rondônia é resultante de investimentos que permitiram expansão urbana com predomínio dos fluxos

econômicos e complementaridades relacionadas, geralmente, a uma única atividade produtiva predominante para exportação; foi assim com a exploração gomífera e mineral. Outro padrão de ocupação territorial se desenvolveu pela colonização e pulverização de investimentos públicos sustentados através da presença político-administrativa que propiciassem a ocupação urbana e rural do interior do estado. Que contribuíram para criação de novas cidades decorrente da urbanização galopante, principalmente, àquelas às margens da BR-364. Assim, a economia regional ganha força relativa às atividades produtivas relacionadas ao agronegócio para exportação de grãos e carnes, influenciadas pelo espaço dos fluxos do eixo rodo-hidroviário. As cidades se reestruturam mediante ligação campo-cidade através de serviços modernos relativos à gestão e regulação de atividades do agronegócio e agroindústria, intercaladas ao meio técnico-científico-informacional.

Não obstante, a formação e o crescimento de Porto Velho ainda destacam-se pela presença do Estado na economia, relacionada à quantidade demandada no mercado no tocante aos gastos governamentais no setor produtivo e na distribuição de salários ao funcionalismo público, bem superiores àqueles do setor industrial e terciário. Cabe salientar a incorporação dos subsídios públicos aos investimentos privados no alcance da doação de terrenos e isenções fiscais para atração da capital produtivo nos diversos setores econômicos. Estas características, aliada à presença maciça do emprego urbano do setor terciário não moderno qualifica a cidade de Porto Velho como urbanização terciária periférica.

Mas emerge sua consolidação urbana periférica relacionada à hidroeletricidade na fronteira amazônica, no que tange à expansão do capital financeiro/industrial. Pois são empreendimentos que cristalizam um território oligopolizado mediante difusão do meio técnico-científico-informacional do Sistema Interligado Nacional (SIN) em Porto Velho, com corolário das duas UHE do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau. Essa inserção do capital no espaço, adicionada à instalação de grandes empresas modernas, conecta a cidade aos circuitos produtivos mundiais, mas com desnível tecnológico do labor, presente na decomposição técnica de unidades de produção industrial em diversos países; mas que destacam-se na geografia da cidade, pois tais processos industriais, rescindem o viés de processos agroindustriais e implantam definitivamente o meio técnico-científico-informacional em Porto Velho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alstom no Brasil..., s/d. Disponível em <<http://www.alstom.com/pt/countries/Brazil/>>. Acessado em 15 maio 2015.

ANDRADE, Manuel Corrêa. **A cassiterita nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil**. Recife: CNPq, 1989. (Série Estudos e Documentos).

BAENINGER, Rosana Aparecida. Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90. In: **XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu - Minas Gerais**. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte - MG: ABEP, 2000.

CASTRO, Edna - **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia - Belém**, Revista Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 2, p. 5-39 (ISSN 1516-6481), Belém, NAEA/UFGPA, dez. 2005.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de fronteira – o caso de Rondônia. Tradução Elizabeth Maria Speller. In: AUBERTIN (org.). **Fronteiras**. Brasil/Paris: UNB/ORSTOM, 1988. p. 167-194.

ELIAS, Denise de Souza. **Globalização e Fragmentação do Espaço Agrícola do Brasil**. Barcelona - Espanha: Universidad de Barcelona. ago. 2006. vol. 10. p. 59 – 81, n. 218.

FIERO - Federação das Indústrias do Estado de Rondônia. **Perfil Socioeconômico e Industrial do Estado de Rondônia**. FIERO: Porto Velho, 1997.

FISCHER, André. **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Fischer**. Editado por Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski; Eliseu Savério Sposito. Expressão Popular, São Paulo: 2008.

FONSECA, Dante Ribeiro **O surto gomífero e a navegação na Amazônia**. Revista Eletrônica Veredas Amazônicas, v. 1, p. 72-96, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Volume 4**. Rio de Janeiro, 2002.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume Editora, 2006. v. 1.

RICCIARDI, Ciro Terêncio Russomano; KUSTER, Creuza. **Relatório de Impacto Ambiental, comparativo de alternativas locacionais da Fábrica de Cimento Pozolânico, Porto Velho - RO**. Prominer Projetos LTDA e Ecológica, Assessoria, Planejamento e Consultoria Ambiental LTDA. Porto Velho-RO. 23 maio 2008.

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. [1979]. **O Espaço Dividido: Os dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Tradução Viana Myrna T. Rego. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004b.

SANTOS, Milton. [1996]. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, Milton;. SILVEIRA, Maria Laura. [2001]. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 8. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011. Obras Publicadas juntas em sentido contrário: Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal / Milton Santos.

SANTOS, Milton. [2000]. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011. Obras Publicadas juntas em sentido contrário: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* / Milton Santos, Maria Laura Silveira.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **A REGIONALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA EM RONDÔNIA**. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2012, Uberlândia. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia: UFU, 2012. v. 1. p. 14p.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Globalização, agricultura e a formação do meio técnico-científico-informacional em Rondônia**. *Acta Geográfica (UFRR)*, p. 69-83, 2013.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia**. GEOUSP: espaço e tempo, v. 18, p. 298-312, 2014.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio - o exemplo de Rondônia**. Globalized Amazon: from agricultural frontier to agribusiness territory - the Rondonia example. *Confins (Paris)*, p. 1-30, 2015.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999. Prefácio Milton Santos.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. "A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência" In: V Encontro de Grupos de Pesquisa Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, **V ENGRUP - GPET**. Santa Maria, 2009.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. STEINBERGER, Marília (org). Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006. pp. 29 - 82.

VIEIRA, Danilo Jorge. "Políticas subnacionais de desenvolvimento e "guerra fiscal" contextos e elementos diferenciadores" In: **Anais** do XXXVII Encontro Nacional de Economia. Dez. 2009.